

Sumário

1. Introdução	1
2. Gênese internacional e nacional do Trabalho Portuário	5
3. Sistema Sindical do Trabalho Portuário	9
3.1. Antecedentes históricos do Movimento Operário nos Portos.....	9
3.2. Estrutura da Representação Sindical no Trabalho Portuário. Pluralidade e Liberdade em meio ao Sistema Brasileiro Oficial de Unicidade	17
3.3. Regularidade do Sistema Sindical Portuário frente ao que dispõe a Constituição Federal	28
3.4. Brasil e Portugal: essencialidade das operações portuárias e aspectos gerais relacionados ao movimento operário da Estiva nos dois Países.....	38
4. Exceções à regra geral de atuação, ou “intervenção”, de Operadores e Trabalhadores Portuários: Automação ou Mecanização, Tripulantes, Fornecimento a Navios (“rancho”, shippers) e demais hipóteses admitidas pela Lei dos Portos	49
4.1. Movimentações cujo modus operandi não requeira, total ou parcialmente, participação humana direta	57
4.2. Possibilidade de execução da atividade pela própria Tripulação.....	59
4.3. Embarques e desembarques que, embora ocorram na área do Porto, apresentam-se como operações atípicas em função da espécie, da finalidade e da destinação da carga.....	66

5. OGMO: contextualização geral sobre passado (com foco nas origens dessa peculiar Entidade), presente e futuro	71
5.1. Análise crítica sobre a Responsabilidade Solidária “Direta Limitada” e “Invertida” acarretada pelo artigo 33, §2º, da Lei n. 12.815/2013 ...	79
5.2. Depósito Recursal reduzido em Processos Trabalhistas	96
6. Modelos contratuais do Trabalho Portuário: Avulso, Vinculado, Cooperado, Temporário, Terceirizado e Intermitente.....	99
6.1. Organização do sistema de matrícula, ou inscrição, no Trabalho Portuário Brasileiro: origens históricas e efeitos práticos, no contrato avulso e no vinculado, da divisão entre Registrados e Cadastrados	108
6.2. Vinculação empregatícia: prioridade x exclusividade	111
6.3. Cadastro Aberto para Vinculados no OGMO: mutação da Reserva de Mercado, passando de histórico-protetiva para técnico-evolutiva	140
6.4. Livre Iniciativa, Direito do Terminal ou Operador Portuário à opção pelo vínculo empregatício e Inexistência de amparo legal para a imposição de “paridade” ou qualquer percentual fixo de requisição de Avulsos: case da Vinculação da Estiva no Porto de Santos	150
6.5. Multifuncionalidade no Trabalho Avulso e Vinculado: unificação, oportunidade e produtividade	162
6.6. Aspectos disciplinares na relação entre TPAs, OGMO e Operadores	169
6.7. Trabalho Intermitente no Porto	176
6.8. Consórcio de Terminais e Operadores para vinculação empregatícia de Trabalhadores Portuários.....	186
6.9. Requisição de TPAs em Terminais Privados (TUPs).....	187

7. Aplicação específica do sistema de cotas para Aprendizizes e Pessoas com Deficiência e Reabilitadas nas atividades previstas pela Lei n. 12.815/2013.....	197
8. Jornadas de trabalho no porto: tempo à disposição, intervalos e outras questões	209
9. Adicional de Riscos	217
10. Prescrição no Trabalho Portuário Avulso	229
11. Considerações Finais: Automação e o Futuro do Trabalho Portuário ...	235
12. Referências bibliográficas	249